

Um enredo surpreendente

Parábolas como a do fariseu e do publicano podem trazer mais de uma surpresa se soubermos aprofundar nas palavras de Jesus.

10/11/2020

Como em um bom filme, a riqueza das passagens evangélicas fica além do *enredo principal*. Existem outros *sub-enredos*, com significados profundos, que correspondem a uma grande variedade de circunstâncias e de leitores. E muitas vezes o roteiro

apresentará um desenlace que deixará os *espectadores* desconcertados.

A parábola do fariseu e do publicano (cfr. *Lc* 18, 9-14) tem um enredo bem definido. São Lucas expõe antecipadamente a sua interpretação: refere-se a “alguns que confiavam na sua própria justiça e desprezavam os outros”. De início, podemos pensar: “Este episódio não tem nada a ver comigo porque meus problemas agora são outros”. Mas o texto não oferece outros sentidos? Que surpresas trará o relato? Só se aprofundarmos nas palavras de Jesus descobriremos esses *sub-enredos* que nos ajudarão a orientar nossa vida.

As surpresas do Evangelho

As parábolas de Jesus são muito dadas a surpresas. Nas histórias que conta há sempre algo que não é usual. Muitas vezes os protagonistas e as suas ações nos desconcertam:

um patrão que estabelece o salário sem proporção com o trabalho realizado, um empregado que tem uma dívida própria de uma multinacional, um pai que organiza uma festa para acolher um filho sem exigir a justa reparação, um juiz e um administrador corruptos... Não é, porém, o caso da parábola do fariseu e do publicano. Nela os protagonistas são mais para *normaizinhos*, conhecidos pelos ouvintes da época e por nós: um deles vive dedicado à causa de Deus e o outro é considerado um traidor por arrecadar impostos para o povo estrangeiro. O enredo, portanto, não apresenta muitas surpresas à primeira vista.

Mas é na perspectiva que encontramos um elemento que rompe os nossos esquemas. Jesus nos dá um enfoque insólito: faz-nos testemunhas do diálogo de duas pessoas com Deus, permite-nos

entrar aonde apenas o próprio Senhor e o interessado têm acesso. Em uma situação normal poderíamos julgar as ações visíveis, mas não as intenções, já que não estão ao nosso alcance. Podemos, por isso, sempre salvar a intenção de quem atua, pois para nós permanecerá sempre oculta: “Enquanto interpretares com má fé as intenções alheias, não terás o direito de exigir compreensão para ti mesmo”[1].

Pelo contrário, nesta parábola que Jesus constrói, é-nos permitido nada mais nada menos do que contemplar a competência divina para julgar. Não vemos apenas o que é externo, mas ouvimos a oração de um e de outro.

A oração do fariseu é de ação de graças. A princípio não se gaba de nada diante de Deus, mas lhe agradece, partindo do princípio de que foi o apoio divino que lhe

permitiu comportar-se como se comportou: “Deus, eu te agradeço porque não sou como os outros” (cfr. Lc 18, 11). Se atribui a Deus não ter cometido roubos, injustiças ou adultérios de que tenha consciência, também está dando a entender que sem o auxílio divino poderia ter caído em tudo isso. E certamente não é como um publicano, nem em seu trabalho, nem aos olhos dos seus concidadãos, nem em seu compromisso religioso. Com relação a esta última ideia, ele inclusive se excede, pois descreve práticas religiosas que ultrapassam o que é prescrito para um israelita piedoso.

O publicano, por sua vez, limita-se a dizer: “Meu Deus, tem compaixão de mim que sou um pecador” (Lc 18, 13). É como um resumo que representa um arrependimento real. A descrição de seus gestos corporais – “batia no peito” (Lc 18, 13) –

expressa a sua dor sincera pelo que não fez bem.

Uma *não justificação* insólita

Agora que fomos testemunhas de ambas as orações, estamos em condições de emitir um juízo. Mas antes de poder fazê-lo, Jesus se adianta e nos mostra a segunda surpresa.

Primeiro, afirma que o publicano “voltou para casa justificado” (Lc 18,14). Isso nos parece certo e lógico. Certo, porque queremos apoiar o desejo divino: “Acaso tenho prazer na morte do ímpio? – oráculo do SENHOR Deus. Não desejo antes que mude de conduta e viva?” (Ez. 18,23). E lógico, porque a infinita misericórdia de Deus espera apenas o arrependimento sincero para realizar esta maravilha da justificação.

Pois bem, o que quebraria os moldes dos ouvintes da época seria o “o outro não” (Lc 18,14), quer dizer, a afirmação contundente de que o fariseu não voltou justificado à sua casa. A multidão, desconcertada, começaria a perguntar: o esforço do fariseu para cumprir, além do mínimo obrigatório, os seus deveres para com Deus não conta nada? Vamos entender que o que une a Deus é o pecado? O fariseu não pode ser perdoado por roubos que não cometeu. O que ele deveria ter dito? Qual é o problema?

Uma possível resposta a essa pergunta pode ser dada pela introdução de São Lucas à parábola: trata-se de uma história sobre pessoas que desprezam outros julgando-se justas. Desprezar os outros é evidentemente errado. E chega-se facilmente a essa situação por comparação. Poderia parecer lógico que o fariseu se sentisse

superior comparando-se com um pecador público. O problema não está neste sentimento mas sim na própria comparação. O fariseu define sua vida comparando-a com a “dos outros homens” e, aproveitando as circunstâncias, com a do publicano a seu lado. Nesse processo há um erro de fundamento. O valor de uma vida é o que tem aos olhos de Deus e todas as comparações do mundo não são capazes, nem de longe, de igualar o alcance do olhar divino. Evitar, por isso, as comparações é um conselho espiritual comum. E, além disso, ao desprezar o publicano que tem à sua frente, está negligenciando o mandamento mais importante: amar a Deus e ao próximo.

A comparação serve como recurso para tranquilizar a consciência. Não por revelar motivos para ficar tranquilo e sim porque esconde a luz que revelaria o que precisa ser

redimido. Como explica São Josemaria:

“O pecado dos fariseus não consistia em não verem Deus em Cristo, mas em se encerrarem voluntariamente em si mesmos; em não tolerarem que Jesus, que é a luz, lhes abrisse os olhos. Esse nevoeiro tem resultados imediatos na vida de relação com os nossos semelhantes. O fariseu que, julgando-se luz, não deixa que Deus lhe abra os olhos é o mesmo que tratará soberba e injustamente o próximo, rezando assim: ‘Dou-te graças porque não sou como os outros homens, ladrões, injustos e adúlteros, nem como esse publicano’”[2].

Deste modo, o fariseu é incapaz de definir por que precisaria da misericórdia de Deus. E não se trata de um problema pequeno, porque só a misericórdia de Deus pode levar-

nos à meta – pode salvar-nos – e não as nossas próprias forças.

A questão levantada pela rejeição da oração do fariseu também é produzida por umas conhecidas palavras de Jesus: “Não é a justos que vim chamar, mas a pecadores” (Mt 9,13). Mas alguém poderia perguntar: e os justos? É preciso procurar positivamente o pecado para que Jesus me chame? De forma alguma. Não seria apenas absurdo, mas perverteria a lógica do que o Senhor pretende. O pecado nunca é desejável, mas: “Se dissermos que não temos pecado, estamos enganando a nós mesmos, e a verdade não está em nós” (1 Jo 1,8). O que é crucial não é o pecado em abstrato, mas o meu em concreto. Quer dizer, ou descubro a *minha indigência*, ou não me abrirei à misericórdia de Deus, que é a única que pode salvar-me.

Deste ponto de vista, a vantagem que o publicano tem não é o pecado, mas o clamor geral de seu ambiente que lhe recorda que é um pecador. A sua indignância é evidente, pública, proclamada. O seu único recurso é: “Ó Deus, tem compaixão de mim”. O publicano apresenta-nos assim qual é o caminho a seguir:

“Age com humildade, só está seguro de ser um pecador necessitado de piedade. Se o fariseu nada pedia porque já possuía tudo, o publicano só pode implorar a misericórdia de Deus. E isto é bonito: suplicar a misericórdia de Deus! Apresentando-se ‘de mãos vazias’, com o coração despojado e reconhecendo-se pecador, o publicano mostra a todos nós a condição necessária para receber o perdão do Senhor. No final é precisamente ele, tão desprezado, que se torna um ícone do autêntico fiel”[3].

Um desenlace inesperado

E finalmente, quando se quer tirar consequências de tudo isto, chega a *reviravolta do roteiro*, a surpresa final: o fariseu olha o publicano e o despreza e eu percebo que estou desprezando o fariseu por desprezar o publicano! Descubro com surpresa que a referência a esses “que confiavam em si mesmos tendo-se por justos e desprezavam os outros” não tem como destinatários só uns sujeitos malvados que andam por aí, mas sua função é alertar de uma ameaça concreta e contínua para quem quer colocar-se ao lado de Deus.

Quem lê habitualmente o Evangelho está, em princípio, vitalmente mais perto do fariseu do que o publicano. O mais provável é que não seja um delinquente, que não cometa atrocidades clamorosas, que não tenha um estilo de vida desonesto ou

contrário ao ideal cristão. Por isso é extremamente interessante recordar que Jesus não enfrenta os fariseus por odiá-los e sim por amá-los. O amor infinito e concreto de Deus manifestado em Jesus Cristo não veio à terra para denunciar os malfeitores por despeito. Veio revelar-nos a altura e a profundidade de um Amor do qual temos imperiosa necessidade. E às vezes uma repreensão pode ser um bom instrumento para que os nossos olhos se abram, para reconhecermos que somos necessitados diante de Deus.

Não há razão para pensar que o fariseu seja mau, perverso e que negue suas misérias. É que simplesmente não as vê! E ao contemplar esta história que Jesus nos conta, surge urgente a necessidade de sermos humildes e de pedir ao Senhor que nos faça ver as nossas misérias.

Carlos Jódar

Foto: Ben White (Unsplash)

.....

[1] *Sulco*, n. 635.

[2] *É Cristo que passa*, n. 71.

[3] Francisco, Audiência 1-VI-2016.

.....

pdf | Documento gerado
automaticamente de [https://
dev.opusdei.org/pt-br/article/um-
enredo-surpreendente/](https://dev.opusdei.org/pt-br/article/um-enredo-surpreendente/) (05/08/2025)